

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: REVISÃO SOBRE INTERVENÇÕES DO (A) PSICÓLOGO (A) COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

José Tadeu Acuna²

RESUMO

O Brasil elaborou suas políticas públicas educacionais a partir dos princípios da educação inclusiva e se comprometeu a garantir recursos humanos, físicos, pedagógicos e serviços intersetoriais de qualidade que proporcionassem a conclusão com qualidade dos estudos de todo seu alunado. Nesse contexto, surgiu a motivação de discutir a interface entre psicologia escolar e educação especial. Particularmente, objetivou-se analisar intervenções de psicólogos (as) realizadas com professores do ensino fundamental, que buscam apoio a sua prática pedagógica para atender às necessidades educacionais do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), a partir de um estudo qualitativo de revisão integrativa de teses, dissertações e artigos datados entre os anos de 2008 a 2020 nas bases Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, SCIELO, Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia e BVS. Foram analisados 10 arquivos, por isso considerou-se que não é recorrente a publicação de obras na área investigada, contudo, existem várias possibilidades de intervenções, estratégias e abordagens para auxiliar os professores nas suas demandas que surgem ao longo de sua prática pedagógica com estudantes PAEE. Também foi possível observar que as consequências das intervenções dos (as) psicólogos (as) foram positivas e contribuem com o trabalho dos professores, preparando-os e instrumentalizando-os para desempenhar sua atividade docente com o PAEE. Por fim, espera-se que o mapeamento realizado possa incentivar o desenvolvimento de novas ações de profissionais de psicologia em âmbito escolar circunscrito à educação especial, haja vista que essa interface sofre com escassez de publicações na literatura científica.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Educação Inclusiva, Educação Especial.

INTRODUÇÃO

Eventos como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em 1990 na cidade de Jomtiem (Tailândia), e Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, organizada na cidade de Salamanca (Espanha) no ano de 1994, tiveram como tônica de discussão a importância de se estabelecer diretrizes para que todos os estudantes pudessem participar coletivamente dos processos educativos e que não fossem excluídos ou marginalizados devido às suas particularidades, principalmente aqueles com

¹ Amparo financeiro da FAPESP (processo 2015/0614-8).

² Psicólogo. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Bauru). Tadeuacuna@gmail.com.

algum tipo de deficiência ou com necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas (BRASIL, 2015).

As discussões realizadas nos eventos anteriormente citados resultaram na elaboração de artigos e declarações sobre como promover a Educação Inclusiva, que é entendida como um conjunto de teorias que orientam práticas sociais, culturais, políticas e interpessoais, cujo intuito é de favorecer a legitimação da diversidade nos espaços educacionais. Incluir, nesta perspectiva “[...] não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica” (BRASIL, 2001). Uma escola inclusiva está subsidiada e amparada por recursos físicos, humanos e pedagógicos adequados às particularidades de aprendizagem de todos os seus alunos.

Na Declaração de Salamanca foi confirmada a necessidade de serviços de apoio especializado às escolas, que se desdobram em suporte a prática pedagógica dos professores e atendimentos às necessidades educacionais dos alunos, tais como a estimulação de seu desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, a instituição escolar passaria receber suporte da Assistência Social, Saúde e Psicologia para que assim fossem garantidas condições de permanência e conclusão da formação dos estudantes (BRASIL, 1994).

O Brasil participou destes movimentos prol inclusão e buscou ratificar políticas públicas educacionais embasadas em princípios inclusivos, por isso uma de suas medidas foi instituir a Educação Especial, uma modalidade de ensino que transversaliza os demais níveis (Educação Básica à Superior), propõem recursos ao atendimento das necessidades educacionais de aprendizagem de estudantes com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação, nominadamente público-alvo da educação especial (PAEE). Inclusive, coloca à disposição dos professores orientações para o desenvolvimento de seu trabalho com esse grupo de estudantes.

Outro serviço componente da Educação Especial é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ele é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de escolas ou instituições que tenham condição de ofertá-lo (BRASIL, 2015). O AEE ocorre no contraturno do horário das aulas regulares e visa complementar ou suplementar o aprendizado do PAEE encaminhado até este serviço, sendo operacionalizado e implementado pelo professor especialista em alguma área da Educação Especial (BRASIL, 2015).

Sinteticamente, para garantir condições de inclusão do PAEE o professor de classe regular deve desempenhar sua prática pedagógica de forma a atender às necessidades educacionais de aprendizagem de todos os seus alunos. Havendo a suspeita de algum com deficiência, TEA ou superdotação em sala, a equipe gestora e docente avalia o caso e se for confirmado o indicativo, o estudante é encaminhado para o AEE e recebe o atendimento do professor especializado, o qual organiza e implementa um plano de ensino individualizado.

Legalmente é previsto que a escola solicite e acione convênios com instituições filantrópicas (BRASIL, 2015), por exemplo Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com o intuito de encaminhar os estudantes PAEE para receberem outros tipos de atendimento que colaboram a sua trajetória escolar, neste lugar são encontrados profissionais da psicologia que atendem os alunos encaminhados, orienta suas famílias e pode realizar visitas às escolas para orientar professores a respeito de como trabalhar o processo educativo (BRASIL, 2015). Cabe ressaltar, que somente a partir do mês de dezembro de 2019 foi instituída a obrigatoriedade dos serviços de psicologia e assistência social para as escolas (BRASIL, 2019).

Considerando que as políticas públicas educacionais preveem serviços intersetoriais para garantir à inclusão do PAEE surgiu a motivação de investigar sobre as práticas profissionais de psicólogos (as) orientadas a professores de classe comum e de SRM. Particularmente, o principal interesse é discutir sobre quais e que tipos de ações podem ser promovidas de forma que auxiliem os docentes a atender demandas educacionais do PAEE.

De acordo com Meira e Tanamachi (2003) a área do saber psicológico que se preocupa em analisar os processos de ensino, aprendizagem e questões relacionadas a eles nos mais diferentes espaços sociais, seja nas escolas ou instituições em que existam relações de ensinar e aprender é chamada de Psicologia Escolar³. Neste sentido, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2007) o profissional que trabalha neste ramo pode realizar:

[...] pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente. Envolve, em sua análise e intervenção, todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de ensino-aprendizagem a partir da reunião de conhecimentos de outras áreas da própria psicologia

3 É sabido que existem diferentes nomeações, tais como, psicologia da educação, psicologia educacional, entre outras, contudo optou-se pela designação psicologia escolar por se tratar de uma área de produção de conhecimento científico, bem com, de prática profissional. Não é interesse do artigo discutir e analisar as divergências de nomenclatura.

tais como, Psicologia do Desenvolvimento, Social e da Saúde, bem como aplicada a partir das mais variadas abordagens psicológicas, por exemplo, análise do comportamento, psicanálise, cognitivo-comportamental, histórico-cultural, etc (CFP, 2007).

Martinez (2009) elenca as possíveis práticas do psicólogo escolar em duas categorias. As abordagens tradicionais, com foco psicoeducativo de caráter pontual e emergencial, sendo elas: avaliação, diagnóstico, e atendimento a alunos com queixa escolar; formação de professores; orientação sexual, orientação familiar; promoção de projetos educativos. E as abordagens emergentes, de enfoque psicossocial, baseadas nas dimensões processuais e a longo prazo, tais como: gestão pessoal; desenvolvimento de projeto político pedagógico; coordenação de disciplinas e oficinas educativas; fornecimento de subsídios para planos de ensino personalizado; preparação psicológica e técnica de educadores para lidar com a diversidade na escola.

Sant'Ana (2011) aponta que o (a) psicólogo (a) com sua bagagem teórico-prática a respeito do processo de desenvolvimento humano e áreas correlatas ao ensino e aprendizagem, se constitui de grande importância e utilidade para o cumprimento das finalidades da Educação Especial. Em suas palavras: “A complexidade e a diversidade de relações entre fatores biológicos e psicológicos envolvidos no atendimento às crianças com deficiência explicam a importância da Psicologia e da atuação do psicólogo de estar presente nesse processo” (SANT'ANA, 2011, p.5). A autora supracitada ainda afirma que as competências deste profissional são essenciais para o apoio de professores e gestores e se “constituem como elementos essenciais para beneficiar projetos educativos que favoreçam a educação para todos” (SANT'ANA, 2011, p.5).

O (a) psicólogo (a) ao estender sua intervenção ao grupo de professores, auxilia-os a compreender a influência de uma deficiência na capacidade de aprendizagem, a partir de uma análise profunda dos aspectos psíquicos envolvidos. A avaliação psicológica é um meio para a investigação das condições cognitivas dos estudantes, apesar deste processo ser exclusivamente realizado pelo psicólogo (a) ele pode fornecer informações relevantes aos professores e facilitar a elaboração de planos de ensino adaptados aos limites e possibilidades intelectuais dos alunos.

Na pesquisa de Matos e Mendes (2015) verifica-se que os professores participantes declararam ser necessária a participação do psicólogo no processo de inclusão do PAEE, pois

ao identificar suas demandas ao longo de seu fazer pedagógico com alunos com deficiência em sala de aula surgem dúvidas e curiosidades que não foram discutidas em sua formação inicial, por exemplo, como realizar acolhimento emocional, adaptação comportamental do estudante PAEE e orientação a sua família.

Resultados semelhantes com os de Matos e Mendes (2015) foram apontados na investigação de Acuna (2017). O autor questionou professores de 16 escolas municipais do interior paulista sobre o papel do psicólogo em contexto escolar quando existem demandas da Educação Especial, e obteve como resposta a orientação e apoio ao corpo docente para compreender o processo de desenvolvimento humano de estudantes com deficiência, adaptar seu comportamento para melhor conviver com outros colegas, também sugeriram que o profissional de psicologia deveria facilitar o vínculo entre escola e família. Cursos de formação continuada foram indicados como possibilidades para o aprendizado de novas formas de conduzir o ensino do PAEE.

Arantes-Brero (2019), apresentou uma experiência na qual psicóloga, uma professora de atendimento educacional especializado e seis professoras de classe comum do Ensino Fundamental trabalharam juntas de forma colaborativa, para enriquecer o aprendizado de 80 estudantes com indicadores de altas habilidades/superdotação de escolas públicas. O trabalho da psicóloga consistiu na consultoria, ela orientava as professoras a repensar o currículo no sentido de adaptar práticas pedagógicas que estimulassem e adiantassem o aprendizado de seus estudantes. Ao final, a autora pode sugerir que este tipo de trabalho traz benesses a todos, pois o profissional de psicologia aprende sobre questões relacionadas à pedagogia a partir do momento em que dinamiza seus saberes com os das educadoras, as quais por sua vez são instrumentalizadas para exercer sua atividade docente com maior qualidade com vistas ao enriquecimento do aprendizado de seus estudantes.

Apesar de as pesquisas anteriores indicarem que professores necessitam do apoio do psicólogo (a) para favorecer o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência em sala de aula, Anache (2007), Mattos e Nuernberg (2010) discutem que a aproximação entre Psicologia Escolar e Educação Especial se fortaleceu somente no início do século XXI com a promulgação das políticas públicas educacionais na perspectiva inclusiva. Em pesquisa anterior, Acuna (2017) reflete que passadas décadas, a maioria dos estudos publicados que

articulem psicologia escolar e educação especial são na maioria de caráter teórico e poucos relatam experiências em instituições de ensino.

Neste sentido, surgiu alguns questionamentos: quais e que tipos de intervenções psicólogos tem realizado junto a professores do ensino fundamental que tem demandas oriundas da Educação Especial? Quais recursos, estratégias e atividades são utilizadas e desenvolvidas pelos profissionais em suas intervenções junto a esses professores? Em que medida estas intervenções os auxiliam a atender as necessidades educacionais do PAEE? Será recorrente a publicação de obras que relatam experiências deste tipo?

A fim de responder às questões indicadas objetivou-se descrever e analisar intervenções de psicólogos (as) realizadas com professores do ensino fundamental, que buscam apoio a sua prática pedagógica para atender às necessidades educacionais do PAEE.

Considera-se importante esta investigação na medida em que explicita e divulga as possíveis práticas de profissionais de psicologia junto a professores na construção de medidas inclusivas e sistematiza o conhecimento nesta área para que possa ser consultado por outros profissionais que se engajem em questões relacionadas à Educação Especial. Outra relevância acadêmica e educacional é a complementação de uma lacuna na produção científica, pois autores como Andrada et al. (2019), Acuna (2017), Mattos e Nuernberg (2010) e Anache (2007) indicam haver escassez de referências práticas sobre a interface entre psicologia aplicada em contexto escolar, especialmente circunscritas ao processo de inclusão escolar do PAEE.

METODOLOGIA

Delineou-se um estudo qualitativo de Revisão Integrativa de literatura buscando seguir as orientações de Broome (2000) e Lima e Miotto (2007). Este método possibilita resumir o estado do conhecimento acerca de uma determinada área de saber, além de permitir identificar a evolução da produção científica em um intervalo temporal e reúne em um só local elementos teórico-práticos sobre uma temática específica.

Broome (2000), Galvão, Pansani e Harrad (2015), afirmam que estudos de revisão devem ter questionamentos formulados de forma a orientar a identificação, seleção e avaliação do que se pretende conhecer. Inclusive, deve haver um problema delimitado

circunscrito a uma temática específica, pois assim será possível obter um resumo da trajetória do que foi produzido cientificamente dentro de um campo de conhecimento.

Para isso, é preciso seguir alguns passos: primeiro, elaborar questões acerca da temática a ser pesquisada; segundo, determinar o lócus de onde serão levantadas as obras, suas palavras-chave e os critérios de inclusão e exclusão de seleção; terceiro, após o levantamento, identificar e descrever o (s) autor (es), data, objetivos, metodologia, resultados e conclusões dos trabalhos levantados que se adequam aos critérios; quarto, organizar o conteúdo do que foi levantado, nesta fase é possível resumir as informações de interesse do pesquisador e elaborar reflexões sobre as informações colhidas com o intuito de facilitar a consecução dos objetivos da pesquisa; quinto, analisar o levantando considerando responder os questionamentos do estudo (BROOME, 2000; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011)

O alvo da revisão foram artigos, teses e dissertações datados entre 01/01/2008 à 01/01/2020, indexados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Justifica-se o período declarado, pois em 2008 foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008), com isso os serviços de atendimento educacional ao PAEE deveriam estar normatizados legalmente a partir de 2008.

Foram respeitados os seguintes critérios de investigação e seleção de obras:

- 1) Descritores dinamizados pelos operadores booleanos, “Educação Inclusiva” or “Inclusão Escolar” or “Inclusão Educacional” and “Psicologia Escolar”.
- 2) Os indexadores de teses, dissertações e artigos deveriam disponibilizar obras completas para download.
- 3) As obras brasileiras levantadas, em português, deveriam descrever relatos de experiências de intervenções de psicólogo com professores do ensino fundamental de classe regular e/ou SRM. Os critérios de exclusão foram, arquivos que não estavam dispostos para download na íntegra, com problemas de visualização, fora do idioma escolhido e artigos que relatassem experiências em contextos internacionais, ou seja, fora do Brasil.

Após o levantamento inicial foram lidos os resumos das teses, dissertações e artigos a fim de verificar se contemplavam os critérios estipulados, caso eles se adequassem ao exigido seriam analisados na íntegra e sumarizados. Dispensou-se maior atenção aos objetivos, resultados e conclusões. Cabe destacar que devido ao número reduzido de arquivos encontrados foi possível realizar e apresentar uma sinopse de cada um, tal como orientado por Broome (2000). A partir daquela sumarização, buscou-se refletir sobre a baixa recorrência de produção científica e examinar as características das ações dos profissionais de psicologia orientadas aos professores de ensino fundamental que tenham alguma demanda formativa sobre a inclusão do PAEE. As discussões foram realizadas considerando responder os questionamentos norteadores da revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obteve-se um total de 324 arquivos cujos resumos foram lidos considerando os critérios de inclusão e exclusão delineados, com isso obteve-se 10 obras que traziam relatos de experiências de profissionais de psicologia ofertando serviços a professores que tinham demandas do processo pedagógico de alunos PAEE.

As obras encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram as de Rosin-Pinola (2009), Pereira (2009), Khoury (2011) e Vieira (2014). Na PEPSIC as que se enquadraram nos critérios foram as de Freller (2010), Bastos e Kupfer (2010) e Prioste (2010). Por fim, na SCIELO foram as de Ferreira et al (2009), Oliveira e Leite (2011) e Benitez e Domeniconi (2014). Não foram encontradas produções nos anos de 2008, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017. A seguir, uma breve descrição do conteúdo dos relatos de experiência.

Ferreira et al (2009) objetivaram promover curso de formação para professores do ensino fundamental tendo por estratégia a implementação de oficinas, cujos recursos utilizados foram: lúdicos, desenhos, pinturas e obras de arte para suscitar discussões sobre a prática pedagógica voltada aos alunos com deficiência intelectual. A oficina permitiu construir um ambiente amistoso que facilitou a troca de experiências, informações e estratégias de ensino entre os professores participantes a respeito do processo educativo de seus estudantes. Os resultados e as consequências dessa oficina colaboraram para o

aprendizado de novas práticas pedagógicas, provocaram efeito catártico que consiste na redução de sofrimento psicológico advindo dos eventos estressores vivenciados pelos professores em seu cotidiano escolar.

O estudo desenvolvido por Rosin-Pinola (2009) objetivou descrever e avaliar os impactos de um programa de promoção de habilidades sociais educativas a partir da abordagem da análise do comportamento. Foi proposta a estratégia de consultoria colaborativa, que consiste no trabalho coletivo entre um profissional de alguma área afim da educação com professores. No caso desta intervenção, a autora (psicóloga) auxiliou três professoras de classe comum que tinham em sua sala de aula dois alunos com transtorno opositor de conduta e um com deficiência intelectual. Para o seu trabalho, a pesquisadora avaliou os alunos e suas necessidades particulares, levantou os repertórios de habilidades sociais educativas das docentes por meio do Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica, versão Brasileira, e propôs encontros com estas professoras. Foram discutidos elementos relacionados à educação especial na perspectiva inclusiva, treinamento de habilidades sociais educativas, bem como esclarecimento de dúvidas relacionadas aos seus estudantes. Os resultados foram positivos e observáveis tanto no aumento do *score* obtido no inventário, no pós-teste, quanto nas suas habilidades sociais educativas observadas em sala de aula. Também foi notória a diminuição dos problemas comportamentais dos alunos e aprendizado de novas habilidades sociais. Concluiu-se que a consultoria foi positiva, pois contribuiu para o aperfeiçoamento das Habilidades Sociais Educativas das docentes e de forma indireta, nas dos seus alunos.

Pereira (2009) também prestou consultoria colaborativa pautada nos princípios da análise do comportamento e objetivou construir estratégias de ensino junto a seis professoras de classe regular, responsáveis por alunos com deficiência auditiva. O autor solicitou às professoras que respondessem a escalas de reservas de comportamentos socialmente aceitos, posteriormente realizaram coletivamente a avaliação do desempenho acadêmico dos alunos. Após essa avaliação, o psicólogo e as professoras puderam discutir e estabelecer manejos comportamentais e práticas de ensino para otimização do processo educativo destes alunos. Foi comparado o desempenho acadêmico dos estudantes antes e depois do processo de consultoria destinado às professoras, cujo resultado foi um aumento considerável. Por fim,

concluíram que este tipo de trabalho de consultoria é positivo e colabora com a construção de novas práticas de ensino adequadas as necessidades educacionais dos alunos.

Freller (2010) a fim de promover práticas inclusivas no ambiente escolar realizou um curso de formação voltado para professores, funcionários e diretores de uma escola municipal de São Paulo que estava recebendo diversas matrículas de alunos PAEE. A autora pautada nos pressupostos freudianos, formou grupos heterogêneos de profissionais que trabalhavam naquela escola com o intuito de compartilhar experiências sobre a interação com estudantes PAEE e formas de adiantar sua aprendizagem. A equipe também buscou promover um canal catártico de angústias e de construção de possíveis estratégias para o enfrentamento dessas demandas. Os resultados apontaram que esta prática é positiva e auxilia no trabalho com este tipo de público, pois são reunidas e compartilhadas experiências e saberes sobre como educar os estudantes, inclusive proporciona um efeito terapêutico nos participantes do grupo.

Bastos e Kupfer (2010) se pautaram na teoria lacaniana em sua intervenção e reuniram professores, funcionários e diretores de escolas municipais e estaduais de São Paulo a fim de discutirem demandas advindas do trabalho educativo com alunos com psicose e autismo em sala de aula. A estratégia visou construir um grupo heterogêneo que permitisse a catarse do sofrimento e o compartilhamento de experiências. Os resultados apontaram que este tipo de intervenção tem consequências positivas, tais como efeito terapêutico nos profissionais e o acúmulo de conhecimentos advindo da partilha de experiências entre eles.

Prioste (2010) promoveu curso de formação para professores de ensino fundamental de escolas estaduais com o intuito de discutirem questões ligadas à sexualidade de crianças com Síndrome de Down⁴ em sala de aula. Pautada no referencial psicanalítico, a autora propôs dezesseis reuniões ao longo do ano nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo a fim de discutirem estas questões e construir estratégias de ensino voltadas para estes alunos. Ao final da intervenção a autora descreveu que houve progresso no desenvolvimento de estratégias didáticas e comportamentais, além de gerar efeito catártico em relação às angústias sobre o trabalho docente.

Oliveira e Leite (2011) objetivaram analisar e descrever sua intervenção junto a uma professora da Sala de Recursos Multifuncionais, especialista e responsável por 27 alunos com deficiência intelectual, de uma escola estadual de ensino fundamental de um município do

⁴ É recorrente que pessoas com Síndrome de Down tenham deficiência intelectual.

interior paulista. Pautadas na teoria sócio-histórica as pesquisadoras utilizaram-se de um questionário anterior à intervenção com o intuito de averiguar o que a professora sabia sobre deficiência intelectual e quais estratégias utilizava para realizar seu atendimento. Após a obtenção desses dados, as autoras puderam elaborar estudo e supervisão de casos em conjunto com a professora, para que assim pudessem pensar na adaptação curricular necessária ao atendimento das necessidades de aprendizagem dos estudantes com deficiência. Os resultados apontaram que durante o processo de intervenção e trabalho coletivo com as pesquisadoras a professora pôde refletir sobre sua atuação, com isso, pode elaborar novas estratégias de ensino a serem aplicadas em sua prática.

Khoury (2011) objetivou elaborar, desenvolver e avaliar a eficácia de um programa de treinamento destinado a professores do ensino fundamental do ciclo I sobre o manejo comportamental de alunos com TEA matriculados em classe comum. O programa foi delineado a partir dos princípios da análise do comportamento e teve três fases: a primeira foi a avaliação, que conheceu aspectos cognitivos e comportamentais dos cinco alunos participantes e os conhecimentos que os professores têm sobre TEA; a segunda, de caráter interventivo, consistiu no treino comportamental dos professores para lidarem com estes estudantes ao longo do seu processo educativo; na terceira etapa, foram medidos os aspectos cognitivos e comportamentais dos alunos após o treino dos docentes. Os resultados da intervenção mostraram transformações quali e quantitativas nos comportamentos dos educadores a respeito do manejo comportamental de alunos com TEA, diminuindo maneirismos e ações autolesivas. Observou-se também o aumento do *score* de Coeficiente de Inteligência, por parte desses alunos, quando responderam à escala Wechsler de Inteligência (3ª versão). Concluiu-se que o programa foi efetivo para as necessidades dos professores e positivo em relação ao desenvolvimento dos estudantes com TEA.

Benitez e Domeniconi (2014) objetivaram em seu trabalho operacionalizar e avaliar uma capacitação ofertada a seis professores, quatro de classe regular e dois de SRM a respeito da estimulação da leitura e escrita de alunos com deficiência intelectual e autismo. Foram propostas reuniões em que se discutiu a respeito de habilidades sociais educativas e formas de desenvolvê-las. Também foram promovidos encontros particulares com professores e familiares a fim de elaborarem em conjunto, estratégias específicas de promoção de leitura e escrita dos alunos, tanto na escola quanto em ambiente familiar. De acordo com os relatos e

os protocolos de registros de comportamento houve melhora nas habilidades sociais educativas dos docentes e familiares, aprendizagem de novas estratégias de ensino para seus alunos, e indiretamente melhora na produção dos textos produzidos pelos estudantes.

Relatando uma intervenção pautada nos pressupostos da psicologia social, Vieira (2014) promoveu curso de capacitação a 66 professores de duas escolas municipais de ensino fundamental de uma cidade do interior paulista. O objetivo foi capacitá-los a ter atitudes positivas em relação à inclusão de seus alunos PAEE, tais como otimizar o processo de ensino deste alunado e as interações em sala de aula. Para isso, o curso se pautou nos pressupostos e técnicas da abordagem mencionada, foi aplicada a Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão antes e depois da intervenção e a Escala de Validade Social pós-capacitação com o intuito de avaliar os efeitos da prática. Os resultados apontaram modificação atitudinal positiva dos professores em relação ao seu alunado e ganho de novos conhecimentos sobre o processo de inclusão do PAEE em sala de aula.

O número de obras contempladas pelos critérios de inclusão, dez, foi considerado relativamente baixo quando comparado com o total de 324 levantadas, em percentil, corresponde a 29,8%, sendo três teses de doutoramento, uma dissertação e seis artigos. Cabe ressaltar que, caso a investigação abrangesse capítulos de livros e trabalhos completos publicados em anais de congressos, haveria mais chances de se identificar os relatos de experiências almejados. Neste sentido, não é possível generalizar a afirmação de que a produção científica na área, sobre atuação do profissional de psicologia junto a professores cujas demandas se originam da Educação Especial, é pouco frequente. Faz-se necessário ampliar a busca para outras fontes.

É imprescindível distinguir a afirmação da baixa recorrência de produção científica sobre intervenções de psicólogos (as) escolares junto a professores, da ideia de que os profissionais de psicologia não estejam realizando este tipo de prática. Pois, para além da realização do trabalho junto a docentes é preciso organizar a comunicação científica em formato de artigo, dissertação ou tese. Ademais, grande parte de periódicos científicos somente aceitam a submissão de manuscritos a partir da indicação de um número de protocolo emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa, que consiste na apreciação ética de pesquisas com seres humanos e a permissão de divulgação de dados oriundos destas investigações. Neste sentido, existe um longo processo que se inicia com a intervenção do profissional de

psicologia e culmina na comunicação científica indexada em periódicos, tal fato pode desfavorecer a divulgação dos manuscritos, haja vista que demanda tempo para a elaboração e expertise em escrita acadêmica.

Por outro lado, autores como Anache (2007), Mattos e Nuernberg (2010) e Acuna (2017) sugerem que o estudo sobre a articulação entre as duas áreas de saber, psicologia escolar e Educação Especial, ainda é pouco explorada na literatura, porque até o final da primeira década do século XXI não existia uma lei que atestasse a obrigatoriedade do psicólogo escolar no espaço físico das escolas públicas.

Não havendo a presença do profissional no organograma das Secretarias Municipais de Educação, os serviços psicológicos destinados aos alunos PAEE e a seus professores eram ofertados pelas instituições especializadas tais como as APAEs, que estabelecem convênio com as escolas públicas. Porém, Acuna (2017) citando Guzzo, Mezzalira e Moreira (2012) aponta que os psicólogos destas instituições acabam por ter outras responsabilidades e rotinas de atendimento as quais não permitem que se dediquem exclusivamente ao contexto escolar e ao desenvolvimento de projetos e intervenções a longo prazo, por exemplo, acompanhamento e supervisão de casos em conjunto com professores responsáveis por alunos PAEE.

Os autores supracitados também explicam que a atuação do psicólogo nas escolas públicas sofre com embates de ordem política e econômica, pois são abertos poucos editais para contratação destes profissionais. Quando ocorre a contratação, eles não são alocados para atuarem nas instituições educacionais, mas em outras áreas, tais como da saúde prestando serviços às escolas por meio do convênio com Secretarias Municipais de Educação. Conforme Guzzo, Mezzalira e Moreira (2012), identifica-se uma política de remanejamento de quadro de funcionários. Contudo, este contexto precisa ser investigado, pois se acredita que após a promulgação da lei 13.935, que dispõem sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, deva ter ocorrido mudanças neste processo de contratação.

Considerando os apontamentos sugeridos por Mattos e Nuernberg (2010), Guzzo, Mezzalira e Moreira (2012) e Acuna (2017) infere-se que seja esperado a baixa frequência de relatos de experiência de profissionais de psicologia em contexto escolar em que exista demandas da Educação Especial, afinal, não é constante a sua presença nas escolas.

Ao analisar as intervenções realizadas pelos profissionais de psicologia é possível caracterizá-las como emergenciais e informativas (MARTINEZ, 2009), pois as demandas informadas pelos professores participantes eram sobre o manejo comportamental do estudante com alguma deficiência, as quais abrangem as habilidades sociais necessárias para a interação com esta pessoa. Contudo, observa-se também atuações na dimensão psicossocial, referentes à preparação psicológica do corpo docente para o enfrentamento das expectativas e anseios relacionados a capacidade do aluno com deficiência.

Diferentes estratégias metodológicas e abordagens psicológicas foram empregadas com o intuito de colaborar com o trabalho pedagógico dos professores, a saber: consultoria colaborativa por Pereira (2009) e Rosin-Pinola (2009), a partir da abordagem da análise do comportamento; Ferreira et al (2009), Freller (2010), Bastos e Kupfer (2010) e Prioste (2010), amparados por teorias psicanalíticas organizaram grupos de professores para prepará-los para o enfrentamento de demandas oriundas da Educação Especial e proporcionar um contexto em que eles pudessem falar sobre seu cotidiano; capacitações, sendo a de Benitez e Domeniconi (2014) realizada a partir da teoria comportamentalista e Vieira (2014) à luz da psicologia social; Oliveira e Leite (2011) implementaram estudo e supervisão de caso subsidiado pela psicologia histórico-cultural; treinamento cognitivo-comportamental proposto por Khoury (2011).

Apesar de diferentes abordagens psicológicas e metodológicas todas se aproximam de um processo de ensino, ou seja, os psicólogos estavam ensinando os professores, a partir da transmissão de conhecimentos de sua área de atuação a lidar com demandas que surgem ao longo de seu trabalho docente com estudantes com deficiência. É oportuno mencionar que para além do caráter educativo, os trabalhos de Ferreira et al (2009), Freller (2010), Bastos e Kupfer (2010) e Prioste (2010) almejavam contribuir com a saúde psicológica do grupo de educadores.

Concorda-se com Meira e Tanamachi (2003) que a característica marcante da psicologia escolar é a multiplicidade de formas de se intervir, pois reúne conhecimentos de outras áreas tais como da psicologia social, do desenvolvimento e da saúde. Além disso, seu objeto de estudo é amplo e variado - o processo de escolarização e todos os fatores que envolvem a escola e as relações de ensino e aprendizagem. Portanto, para analisar tantos

fenômenos é necessário um vasto conjunto de elementos teórico-práticos para subsidiar a prática do psicólogo escolar.

Sendo uma área ampla que congrega diversa gama de conhecimentos, os profissionais de psicologia podem auxiliar os professores de classe regular e SRM no atendimento das necessidades educacionais de alunos PAEE, fornecendo informações valiosas sobre como cada indivíduo aprende a partir da análise da interação entre os processos físicos, psicológicos e sociais que acontecem ao longo do desenvolvimento do aluno (SANT'ANA, 2011).

O psicólogo escolar pode atuar como um consultor, tal como apresentado por Pereira (2009) e Rosin-Pinola (2009). A consultoria colaborativa acontece quando é solicitada a orientação de um profissional para colaborar com a atividade de um segundo. Este método prevê a dinamização de conhecimentos, do consultador e do consultado, para que assim sejam criadas novas estratégias para a consecução de objetivos em comum (ARANTES-BRERO, 2019).

Existem diversos tipos de conhecimentos que extrapolam a formação do professor, principalmente quando se pensa na graduação em pedagogia que é exigida para o exercício no Ensino Fundamental. Funcionamento psicológico, avaliação cognitiva, habilidades sociais para acolhimento da família e interação com os estudantes são algumas das temáticas trabalhadas nos cursos de formação do pedagogo, porém não de forma aprofundada, pois tais conteúdos são estudados com maior afinco na graduação de psicologia. Sendo assim, o (a) psicólogo (a) por meio da consultoria colaborativa pode informar os professores sobre os aspectos do desenvolvimento humano e refletir com eles sobre sua prática pedagógica considerando estes novos elementos, com o intuito de ampliar seus conhecimentos e instrumentalizá-los para avançar no desenvolvimento cognitivo dos alunos PAEE (ARANTES-BRERO, 2019).

O (a) profissional de psicologia também pode objetivar promover a saúde psicológica e bem-estar dos professores por meio do suporte à construção de estratégias para os prováveis desafios que surgem ao longo de sua prática em sala de aula (ACUNA, 2017). Neste sentido, um espaço de escuta e acolhimento das angústias pode facilitar a reflexão sobre o que é preciso fazer para superar as dificuldades encontradas. A mediação das discussões também pode colaborar no fortalecimento dos vínculos entre professores e na formação de um grupo

de pessoas que podem se apoiar mutuamente. De outra forma, o (a) psicólogo (a) pode criar contextos motivacionais para a prática pedagógica do professor.

Sinteticamente, considerando os resultados da análise das 10 obras e respondendo as questões norteadoras deste estudo, o profissional de psicologia tem realizado práticas baseadas no ensino de estratégias aos participantes de sua intervenção e se preocupado com a sua saúde psicológica. Seu trabalho pode ser realizado com grupo de professores ou de maneira individual, sendo este último tipo com menor frequência. Metodologicamente, foram utilizadas diferentes abordagens psicológicas, tais como análise do comportamento, teoria cognitivo-comportamental, psicologia social, sócio-histórica e psicanálise. Independente da abordagem adotada as intervenções obtiveram sucesso no sentido de promover suporte a prática pedagógica do professor.

O presente levantamento bibliográfico apontou que não é recorrente a publicação de obras que relatam experiências de profissionais de psicologia com professores que tenham demanda do processo educacional de alunos PAEE. Contudo, esta afirmação precisa ser investigada de forma aprofundada, a partir da ampliação do escopo de pesquisa, considerando capítulos de livro, anais de congressos e outros indexadores de artigos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia aplicada aos processos de ensino e aprendizagem é constituída por diversos tipos de conhecimento correlatos ao desenvolvimento humano, quando articulados ao saber pedagógico podem favorecer a construção de medidas inclusivas para os estudantes. Este foi o fato percebido ao longo do estudo de revisão bibliográfica, os professores receberam suporte dos profissionais da psicologia o qual se expressou de duas formas, a primeira que colaborou no aprimoramento de sua prática pedagógica de forma a atender às necessidades educacionais de seus alunos, e a segunda, no sentido motivacional e subjetivo para o desenvolvimento do trabalho docente.

A ciência psicológica tem o ser humano como sujeito de análise nas suas múltiplas relações, consigo próprio, pessoas próximas e contextos socioculturais, inclusive investiga suas particularidades e desenvolvimento biopsicossocial. Quando estes saberes são aplicados no campo educacional se tornam imprescindíveis à educação especial, afinal a base deste

serviço é a avaliação cognitiva e comportamental dos estudantes para que os dados deste processo possam subsidiar o planejamento de relações de ensino adequadas as suas necessidades de aprendizagem.

Apesar de o profissional de psicologia dispor de conhecimentos sobre o ensinar e aprender, é o pedagogo que estará em contato direto com o estudante, ou seja, planejando e implementando estratégias pedagógicas. Neste sentido, o (a) psicólogo pode atuar como um mediador da atividade do docente, requalificando-a a partir da introdução de novos conhecimentos para além dos proporcionados pela formação inicial do professor, inclusive o motivando e preparando para enfrentar os desafios presentes no processo de inclusão.

Por fim, espera-se que o mapeamento das intervenções desenvolvidas por profissionais de psicologia em conjunto com professores do ensino fundamental possa colaborar com outras pesquisas que visem ampliar as possibilidades de ações em contexto escolar favorecendo o processo de inclusão do PAEE

REFERÊNCIAS

ACUNA, J.T. **Interface entre Psicologia e Educação Especial em contexto escolar**. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências UNESP, Bauru. 2017.

ANACHE, A. A. A pessoa com deficiência mental entre os muros da educação. Em: CAMPOS, H.R. (Org.). **Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas**. 1 ed. Campinas: Alínea, p. 213-243. 2007.

ARANTES-BRERO, D. R. B. **Enriquecimento escolar para estudantes com altas habilidades/superdotação em uma escola pública por meio da consultoria colaborativa**. 131f. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências UNESP, Bauru. 2019.

BASTOS, M. B.; KUPFER, M. C. M. A escuta de professores no trabalho de inclusão escolar de crianças psicóticas e autistas. **Estilos da Clínica**, v.15 n.1, p.116-125, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/46081/49706>. Acesso em: 10. abr. 2017.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. **Rev. bras. educ. espec**, v. 20, n. 3, p. 371-386, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Priscila_Benitez/publication/

[287473242_Professional_development_of_educational_agents_Proposal_for_developing_inclusive_strategies/links/567ebeb608ae197583898c4f.pdf](https://www.cintedi.com.br/287473242_Professional_development_of_educational_agents_Proposal_for_developing_inclusive_strategies/links/567ebeb608ae197583898c4f.pdf). Acesso em: 10. abr. 2017.

BOTELHO, L. L. R.; ALMEIDA, C. C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 04/08/2014

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP. 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol_4_2009_CNE_CEB.pdf> Acesso em 23/04/2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Orientações para a implementação da política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. p. 200. 2015.

_____. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. 2019

BROOME, M. E. Integrative literature reviews in the development of concepts. In B. L. RODGER.; K. A. KNAFL (Eds.). **Concept development in nursing: Foundations, techniques and applications**. Philadelphia: W. B. Saunders. p.231-250. 2000.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 02/01. **Altera e regulamenta a Resolução CFP nº 014/00 que institui o título profissional de especialista em psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais**. p. 18. 2007. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2001_2.pdf. Acesso em: 10. abr. 2017.

FERREIRA, J. M. et al. Arte, formação de professores e Inclusão Escolar: possibilidades de atuação do psicólogo em contextos educacionais. **Cad. psicopedag.**, São Paulo, v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492009000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jan. 2015.

FRELLER, C. C. É possível ensinar educadores a incluir? Como ensinar educadores a ensinar alunos de inclusão? **Estilos da Clínica**, v. 15, n. 2, p. 326-345. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282010000200004. Acesso em: 10. abr. 2017.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. de. S. A; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. da C.; MOREIRA, A. P. G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 2, p. 329-338. 2012.

KHOURY, L. P. **Treinamento de professores no manejo comportamental de cinco alunos com transtorno do espectro do autismo na condição de inclusão escolar**. 2011. 118f. Dissertação (mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. Mackenzie. São Paulo. 2011.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MARTINEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Rev. Psicologia Escolar e Educacional**, v.13, n.1, p.169-177, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020. Acesso em: 10. abr. 2017.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. **Rev. bras. educ. espec**, v. 21, n. 1, p. 9-22. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000100009. Acesso em: 10. abr. 2017.

MATTOS, L. K. de; NUERNBERG, A. H. A intervenção do psicólogo em contextos de educação especial na grande Florianópolis. **Rev. Brasileira de educação especial**, Marília, v. 16, n. 2, p. 197-214. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10. abr. 2017.

MEIRA, M. E. M.; TANAMACHI, E. de R. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. Em: MEIRA, M. E. M.; MITSUKO, A. M. A. (Orgs). **Psicologia Escolar: práticas críticas**. São Paulo, Casa do Psicólogo. 2003.

OLIVEIRA, M. A. de; LEITE, L. P. Educação inclusiva: análise e intervenção em uma sala de recursos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 21, n.49, p. 197-205. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 07 jun.2016.

PEREIRA, V. A. **Consultoria colaborativa na escola: contribuições da psicologia para inclusão escolar do aluno surdo**. 2009. 164f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Centro de Educação em Ciências Humanas, UFSCAR – São Carlos. 2009.

PRIOSTE, C. D. Educação inclusiva e sexualidade na escola: relato de caso. **Estilos da Clínica**, v. 15, n. 1, p. 14-25. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282010000100002. Acesso em: 10. abr. 2017.

ROSIN-PINOLA, A.R. **Programa de Habilidades Sociais Educativas: Impacto sobre o repertório de professores e de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2009. 200f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. USP. Ribeirão Preto. 2009.

SANT'ANA, I. M. Contribuições da atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Vertentes (UFSJ)**, p. 26-38. 2011. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Izabella_Mendes.pdf. Acesso em: 10. abr. 2017.

VIEIRA, C. M. **Atitudes sociais em relação à inclusão: efeitos da capacitação de professores para ministrar programa informativo aos alunos**. 183f. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP. Marília. 2014.